
14º Encontro Estadual de Funcionários das Escolas Públicas do Rio de Janeiro

Funcionário de Escola: Na Luta pela Conquista da Qualificação Profissional



28 a 30 de outubro de 2010

RIO'S PRESIDENT HOTEL - RIO DE JANEIRO



Sindicato Estadual dos Profissionais
da Educação do Rio de Janeiro
Secretaria de Funcionários

PLANO DE CARREIRA

Todos nós trabalhadores dedicamos boa parte de nossas vidas à nossa vida funcional, com uma remuneração em troca e que, na maioria das vezes, tal remuneração não satisfaz nem as nossas necessidades básicas. Alguns, com muito sacrifício ou ajuda de parentes, ainda conseguem alguma qualificação e muitas vezes abandonam com muita tristeza os cargos que conseguiram com muito sacrifício, as vezes com noites e mais noites perdidas estudando para poder passar e conquistar aquela vaga tão disputada. Mas, muitas vezes, entre o amor ao trabalho e o sustento da família somos obrigados a abandonar os nossos sonhos e procurarmos outros meios para sobrevivermos. Tudo isso, porque a maioria dos governos ao invés de administrarem o serviço público para o povo, governam o estado para as grandes elites que dominam o nosso país desde o nosso descobrimento. E a precarização e a privatização do serviço público para eles é um negócio muito lucrativo e rentável. Mas, para os trabalhadores do serviço público e a população que usa esses serviços não!.

Nossa luta enquanto funcionários das escolas públicas de todo estado do Rio, e quando falo de funcionários me refiro a todos os trabalhadores da educação: da merendeira, do professor até aquele terceirizado que é ainda mais explorado que nós concursados. Lutamos por um plano de carreira que nos valorize enquanto trabalhadores, que nos dê a chance de cumprir nossas tarefas, sabendo que nos nossos lares e nossa dispensa está cheia e nossas contas estão em dia.

Os funcionários da Rede Estadual, há 22 anos, lutam pelo descongelamento e o cumprimento da Lei 1348 (PCCs dos funcionários). Outros municípios, como São Gonçalo, até têm um bom plano de carreira, mas a parte do PCCS da Educação de São Gonçalo, que beneficia os "Funcionários de Escola", até hoje os companheiros não viram um centavo sequer desse benefício. A Rede Municipal do RJ, que é a maior rede da América Latina, coloca a Comlurb dentro das escolas para preparar as merendas ao invés de convocar as concursadas que pagaram e passaram no concurso público. Tenho certeza de que na maioria dos 92 municípios do RJ não existem ou se existem não são respeitados os PCCS. Nesses dias em que estaremos realizando o nosso XIV Encontro Estadual dos Funcionários das Escolas Públicas do Rio de Janeiro vamos discutir e debater vários assuntos pertinentes a nossa categoria. Inclusive sobre PLANO DE CARREIRA, que tenho a certeza de que todos nós trabalhadores que somos queremos que ele deixe apenas de ser o número de uma lei ou meramente uma proposta ou promessa desse ou daquele governo. Queremos que ele se transfor-

me em número (melhoria salarial) nos nossos contracheques, queremos um plano para todos os trabalhadores da educação que beneficie a sua formação, assim como o seu tempo de serviço.

Mas não podemos ficar esperando que tais benefícios caiam do céu, porque certamente não cairão! É necessário muita luta e, conhecendo a realidade, sei da disposição que a companheirada tem pra lutar! Precisamos organizar esse setor da categoria, promover atos nas portas das prefeituras, na assembléia legislativa, organizar passeatas, promover greves conclamando os outros setores da educação a participarem da nossa luta. Enfim, companheiros SOMOS TODOS EDUCADORES e todos estamos "NA LUTA PELA EDUCAÇÃO".

VALORIZAÇÃO

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." **Paulo Freire**

Para os Governos, melhorar a educação é comprar televisão, vídeos e antenas parabólicas, esquecendo que as escolas não funcionam sem nós, funcionários. E o quanto é necessário para a melhoria da escola pública que nosso trabalho seja valorizado. Por conta deste "esquecimento", os governos não nos oferecem cursos de capacitação e profissionalização. Precisamos de cursos, de salários melhores e o reconhecimento dos governantes de que também educamos e fazemos parte do processo educacional. Precisamos ter consciência de que também somos importantes e fundamentais para o funcionamento da escola e que, sem funcionário, a escola não funciona! Por tudo isso e muito mais não podemos ficar fora da campanha salarial de 2011.

O deslocamento para a escola está cada vez mais difícil. Ganhamos tão pouco que parece que não é nada. Estamos sobrecarregados de trabalho, porque nossos companheiros de trabalho estão doentes ou readaptados, e o governo não abre concurso para cobrir a falta de funcionários. Fala que devemos sair do Estado e depois voltar para a escola como membros de uma cooperativa. Isto é a terceirização, sem estabilidade, sem esperança e sem amanhã.

Somos "o faz tudo": limpar, preparar a merenda, tomar conta de vários alunos e, até mesmo, conversar com os pais... Cumprimos o papel de psicólogos, assistentes sociais e pais substitutos. Trabalhamos dobrado e não ganhamos nem metade do que necessitamos para termos condições dignas de sobrevivência. E ninguém nos valoriza. É por isso que precisamos ter consciência de nosso papel dentro da escola. O papel educacional dos funcionários Administrativos. **(Angela Barbosa - Campos)**

A ESCOLA QUE QUEREMOS....

Proposta dos Funcionários Administrativos

Reivindicações: Plano de Cargos e Salários, Periculosidade, Salubridade, Adicional Noturno, Reajuste Anual (conforme a inflação), Cumprimento do edital do concurso (1993), Pagamento de salário-família, plano de saúde e assistência médica, cumprimento da licença Especial (conforme o Estatuto do servidor).

Eleição direta para direção de escolas, projeto esportivo para combater a evasão escolar, projeto de informatização escolar, projeto de combate às drogas, a violência e contra o assédio moral, vale transporte, ticket refeição, correção do piso salarial de acordo com o edital de 1993, equipamentos para o bem-estar do funcionário em sua função.

Sabemos que dentro do universo escolar tudo gira em torno dos professores e da direção. Teoricamente os professores têm em média de 30 a 40 alunos em cada sala de aula, enquanto nós funcionários temos todas as salas, com todo esse número de alunos para a manutenção. Enquanto os professores têm um espaço para suas reuniões, nós funcionários não temos. Enquanto os professores têm um dia no calendário (15/10) dedicado somente a eles, nós funcionários não temos.

Passamos grande parte de nossas vidas cercadas pelos portões das escolas, vivendo lá muitas alegrias e também muitas tristezas, porém pouco de nós discutimos o cotidiano escolar. Não por não queremos, simplesmente não somos comunicados. Sabemos, muitas vezes, dos problemas através de conversas de corredores, não somos chamados a discutir por igual dos problemas que cerca o cotidiano da comunidade escolar.

PLANO DE CARREIRA

É no plano de carreira que haverá a garantia para todos, da merendeira ao inspetor de alunos, através da formação e do tempo de serviço, tendo como consequência a progressão salarial e profissional dignos de todos nós trabalhadores/educadores da educação.

E isso só será possível com a UNIFICAÇÃO, quando todos nós estivermos num único plano de carreira.

PLANO DE SAÚDE

Nosso objetivo não pode ser unicamente lançar campanhas a esmo, devemos concentrar nossos esforços também em resgatar projetos, como por exemplo, o departamento de saúde.

Lembramos a excelência do projeto de saúde em convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FIOCRUZ) que não foi dado a devida continuidade.

Assinam este texto:

Juvenil – Diretor secretaria de funcionários de Sepe Campos/RJ**João Batista – Diretor Secretaria de funcionários do Sepe Costa do Sol/RJ****Rio, 18 de Outubro de 2010.****SAÚDE**

A saúde de uma população é determinada por vários fatores e apresenta uma dimensão individual e uma dimensão coletiva. Cada indivíduo sente na “sua própria pele” os males de uma doença, porém grupos inteiros de pessoas podem estar expostos a situações que ocasionam esses males. A análise dessas situações, tendo em vista sua transformação, é um caminho possível para a preservação da saúde.

Isso significa que para se ter saúde é preciso travar uma luta permanente para que se criem condições necessárias a sua preservação. Com os resultados parciais desse estudo, em que foram visitadas diversas escolas, observamos o processo de trabalho de merendeiras, serventes, professores e outros funcionários... Entrevistando esses trabalhadores, podemos apontar alguns fatores que prejudicam a saúde.

Devemos valorizar a iniciativa do SEPE/RJ e Regional 2 para o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho das escolas das redes municipal e estadual em conjunto com a Fundação Fiocruz. Essa pesquisa apontou que a carência de funcionários e professores em nossas escolas é um dos principais fatores de adoecimento, acarretando o desgaste físico e mental, pois há muito trabalho e pouco trabalhadores.

Além de salários insuficientes, hoje, os funcionários são submetidos à pressão em relação ao horário, sobrecarga de trabalho, movimentos repetitivos, choque térmico, calor, excesso de tarefas que envolvem a movimentação de equipamentos pesados e relações autoritárias com a direção da escola, preparo de grande número de refeições por merendeiras (acima das normas estabelecidas pelas secretarias de educação) e etc.

E ainda não temos o Plano de Carreira. No caso dos professores, as salas superlotadas, o número de profissionais que têm que trabalhar para complementar a renda, a questão da violência que atinge a escola são fatores que ajudam a aumentar os problemas de saúde da categoria.

Com o salário e as condições que são oferecidas pelos governos, os novos concursados não se mantêm nas escolas. Esses também são alguns dos fatores que acarretam o adoecimento dos trabalhadores da educação, que constantemente são levados a se readaptarem.

A criação do “Programa de Formação em Saúde,

Gênero e Trabalho nas Escolas” está ligado a uma história onde fica claro que a questão da saúde dos trabalhadores de escolas públicas não se compreende nem se resolve somente com uma pesquisa, por melhor que ela seja. Parece-nos, também necessário a criação de uma sistemática de pesquisa, debates contínuos e ações cotidianas nos locais de trabalho. Na verdade à medida que o trabalho e a saúde são experiências humanas decisivas e são meios para que o ser humano possa utilizar para viver melhor.

Diante desse quadro de grande dificuldade que vivenciamos, os trabalhadores de escola conseguem ainda contornar essa situação e buscar estratégias para viver momentos de prazer no ambiente de trabalho, isso quando há cooperação e solidariedade. Essas são algumas estratégias que usamos para a conquista e preservação da saúde física e mental.

O envolvimento com outros grupos que chegam nas escolas, é importante e saudável para eles e para nós, pois não somos contra os trabalhadores (COMLURB) e sim contra a forma que a prefeitura se utiliza para coloca-los nas escolas. **(Denise Gu-terres - Reg. II)**

O QUE É ASSÉDIO MORAL E COMO SE REVELA

O Assédio Moral sempre aconteceu e passou a ser estudado algum tempo, mas só agora começa a ser entendido pelo trabalhador como violência moral no trabalho; a expressão é usada para denominar a exposição de trabalhadores(as) a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de suas funções.

O Assédio Moral é revelado por atos e comportamentos agressivos que visam sobretudo à desqualificação e desmoralização profissional e a desestabilidade emocional e moral dos assediados; tornando o ambiente de trabalho desagradável, insuportável e hostil, ensejando em muitos casos o pedido de demissão do empregado que se sente aprisionado há uma situação desesperadora e muitas vezes desencadeando problemas de saúde de ordem orgânica e psíquica.

Entretanto, independentemente da definição, é necessário compreender que o Assédio Moral se caracteriza pelo abuso de poder de forma repetida e sistemática. Outro aspecto importante é entender que nesses casos o trabalhador (a) é sempre vítima e não responsável pelo quadro; é como se o trabalhador (a) sofresse um trágico acidente, um acidente invisível como uma doença ocupacional.

A intensificação da humilhação no trabalho não significa uma falha do sistema e sim seu aperfeiçoamento; na medida em que constitui uma ferramenta importante de controle e disciplina dos trabalhadores em benefício da produtividade. Vale destacar que

esse não é um fenômeno novo, o que chama atenção é a sua intensificação no mundo do trabalho nesses últimos anos de hegemonia da política internacional com a chamada globalização e com a política neoliberal que põem o lucro acima de tudo em detrimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

O Assedio Moral não pode ser um evento esporádico, pois não daria suporte de ser compreendido como violência psicológica no ambiente de trabalho. Os atos devem ser praticados por tempo suficientemente longo como uma verdadeira perseguição causando assim impacto real na qualidade de vida do individuo.

As conseqüências de saúde compreendem entre outros a baixa autoestima, cansaço exagerado, alterações do sono, alteração da capacidade de concentração e memorização, diminuição da capacidade de relacionar-se socialmente, isolamento, tristeza profunda, distúrbios digestivos, aumento do consumo de bebidas ou outras drogas, agravamento de doenças pré-existentes, diminuição da libido podendo levar ao desenvolvimento da “Síndrome de Burnout”.

O termo Burnout foi lançado por Treudenberg em 1974 e vem da expressão inglesa que designa “deixar de funcionar por exaustão de energia” é a síndrome da desistência que atinge principalmente as pessoas que lidam com outras pessoas no exercício de suas atividades - particularmente a de cuidar e educar.

Seu surgimento é lento e acumulativo e caracteriza-se por três fatores que podem aparecer associado, mas que são independentes: exaustão emocional, despersonalização e baixo envolvimento com o trabalho.

Estudiosos caracterizam a “Síndrome de Burnout” como uma epidemia na educação ou “epidemia do século 21,” a mesma opinião tem a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS (Organização Mundial de Saúde).

No serviço publico este fenômeno ganha mais força e espaço; por incrível que pareça são nos cargos intermediários de chefia ocupados por funcionários de carreira que se proliferam com maior incidência os tiranos, que não podem demitir e à-toa passam a perseguir e humilhar; soma-se a isso a desvalorização social, baixos salários, exclusão das decisões institucionais, sendo o trabalhador concebido como mero executor de propostas e de idéias elaboradas por outros, falta de investimentos, sucateamento das condições de trabalho.

Na educação este fenômeno tem efeito devastador. Pois educar pressupõe-se também cuidar; daí que professores e funcionários de educação encontram-se entre as principais vítimas da “Síndrome de Burnout”.

A uma crescente desvalorização do trabalhador seja ela por parte dos alunos da sociedade e do pró-

prio sistema que impõe sobrecarga de trabalho, impossibilidade de promoção, clima organizacional negativo, falta de autonomia, condições de risco no trabalho, insuficiente nível salarial, contato com clientela problemática, vandalismo, agressões, falta de reconhecimento e respeito.

VIOLÊNCIA

A violência no mundo de hoje parece tão enraizada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixa de ser um ato circunstancial para se transformar numa forma de ver e de viver o mundo; especialmente do homem que vive nas grandes cidades onde os grandes aglomerados se tornam o caldo de cultura de todos os tipos de violência.

Nosso primeiro pensamento ou imagem imediata sobre violência é a que se exprime pela agressão física. No entanto, violência é a agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família.

Violência qualquer que seja sua intensidade está presente nos bairros sofisticados e nas favelas, nos campos de várzea ou nos grandes estádios. Ela se estende dos centros às periferias, envolvendo tudo e a todos criando o que se poderia chamar ironicamente de uma democracia da violência.

A violência está de tal modo arraigada em cada um dos passos e gestos do homem moderno que não se pode deixar de indagar se ela é um fenômeno típico de nossa época. Ou seja, será que a violência em nossos dias é um elemento estrutural que permite diferenciar nosso estilo de vida em sociedade daqueles que viveram há 100, 200 ou há 300 anos? Esse é o modo de ser do homem contemporâneo.

O viver em sociedade foi sempre um viver violento, por mais que recuemos no tempo a violência está presente, ela sempre aparece em suas varias faces. Só que hoje a violência ganha contornos diferentes, pois antes o homem se via às voltas com a violência como defesa para a sobrevivência; e hoje a violência deixa de ser uma agressividade necessária frente a um universo hostil para se converter em ato normal, quando não moral, de preservação de valores capitalistas que são julgados acima do respeito à vida humana.

Ontem como hoje os homens morrem de fome, de frio, de miséria - as secas prolongadas, as doenças, as epidemias e as enchentes continuam a dizimar populações. Mas também é fato, ontem como hoje, que alguns poucos homens continuam a gozar a vida, a usufruir e a extrair dela tudo que ela lhes pode dar, acumulando riquezas e prazeres.

Portanto, toda violência é social; mas quem sofre e é atacado diretamente e impiedosamente pela violência são os segmentos da população mais despro-

tegidos pelo estado capitalista. Ou seja, nossos governantes têm absoluto desprezo pelo problema da violência, para eles as prioridades são os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, e se limitam a tomar medidas paliativas e inócuas que não são solução para a questão da violência social. Todos sabem que a solução passaria por uma melhor distribuição de renda, por investimentos maciços na educação, saúde, honestidade e critério na locação de recursos, combate à corrupção etc.

As desigualdades provocadas pela forma globalizada do capitalismo atual com base na privatização econômica do estado, da redução de políticas sociais como forma de controle social, da civilidade do cidadão livre, trabalhador participativo e dócil, alheio aos sindicatos e comparecendo eventualmente aos rituais eleitorais, sintoniza-se com o elogio de democracia. Mas quando o Estado se retira da sua função de regulador econômico e com redução de seu papel social ele amplia e endurece a sua intervenção policial. O que nos queremos dizer com isso é que, por conta das políticas neoliberais imposta pelo sistema capitalista vigente a uma tendência à "criminalização da pobreza." E é no bojo dos menos assistidos socialmente que se prolifera com mais intensidade a delinqüência e os subempregos, estando disponíveis ao crime organizado - a violência nesses espaços é ausência de cidadania.

A juventude por sua vez vem sendo marginalizada e vinculada à imagem da violência, muitas são as falas que creditam a causa da violência à ausência ou à incorreção da educação familiar. Essa explicação a nosso ver é equivocada porque imagina que a família deveria manter uma ética educativa acima dos conflitos sociais, como se ela não fizesse parte dessa mesma sociedade e não fosse atingida por suas contradições.

Em síntese, a juventude sempre foi um problema para a sociedade moderna especialmente para o Capitalismo. Porque no fundo ela expõe as mazelas e as contradições desse sistema.

A sociedade esta com medo E aterrorizada frente à falta de perspectivas e soluções para o aumento desenfreado da violência.

Diante da violência urbana as pessoas tendem a uma paralisia, no sentido de agir como se a violência sobre o outro não lhe dissesse respeito. Esse não comprometimento ou talvez falta de solidariedade é uma reação natural de sobrevivência. Dentro das comunidades ainda vai alem; entre procurar a polícia que entra nesses espaços com truculência e violência legitimada pelo Estado, e se submeter ao medo e controle dos narcotraficantes, entra a lei do silêncio.

Essa convivência forçada pela necessidade de sobrevivência atinge a todos, até mesmo as estâncias econômicas.

No entanto, objetivamente o Estado não tem assumido a liderança da reação, não dá segurança, não se apresenta como uma instituição constituída para a proteção dos cidadãos, mas como uma instituição corrompida.

E com isso a violência vai se espalhando e invadindo todos os espaços sociais; as ruas, bairros, cidades, os espaços particulares, nas casas, no trabalho, nas escolas etc.

Não devemos tratar a violência apenas atacando e combatendo a violência. Devemos atacá-la tratando do medo, dando visibilidade a ela, potencializando o medo para respostas propositivas e coletivas, criar respostas em todos os âmbitos da vida social. É obvio que as ações de segurança que implicam ações policiais são fundamentais e urgentes, mas da forma que vem sendo feito por si só não alteram o quadro da criminalidade. As incursões policiais nas comunidades não respeitam os moradores, o horário escolar, colocando em risco a vida das crianças, dos trabalhadores das escolas e das famílias. Quem trabalha em área de risco vive aterrorizado e sobressaltado, nunca se sabe a hora em que vai ter conflito. Os trabalhadores das escolas saem de suas casas sem saber se vão voltar ou como vão voltar, pois as escolas não têm proteção nem segurança do poder público.

E a violência vai sendo reproduzida nas escolas; profissionais da educação ficam expostos e em alguns casos agredidos por responsáveis, por alunos com problemas de comportamento, assediados moralmente pelo poder público que não lhes dá condição digna para desenvolver sua função - somado a isso ainda têm as terceirizações dentro das escolas, para mascarar a falta de profissionais.

É necessário a criação de políticas integradas, voltadas para melhorar a qualidade de vida da população; combater a corrupção, em todos os níveis; a eficiência na aplicação das leis para acabar com a impunidade; em síntese, devolver à maioria da população aquilo que lhe foi sempre negado, vida digna.

-<http://www.assediomoral.net/cartilhas/assedio%...>

-ODÁLIA, Nilo. O que é violência. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 85)

-PASSETTI, Edson. Cartografia de violências. Revista Serviço Social e Sociedade ano XXIII-N. 70; São Paulo 2002.

-FRAGA, Paulo Densar. Violência Forma de Dilaceramento do Ser Social-Revista S. S.E S. ano XXIII N. 70; São Paulo, 2002.

-BAIERL, Luzia Fátima; ALMENDRA, Carlos A. da Cunha-A Dinâmica perversa do Medo e da violência Urbana- Revista Serviço Social e Sociedade. ano XXIII N.70, São Paulo 2002.

-MELLO, Dirceu de. Violência no Mundo de Hoje.

Revista Serviço Social e Sociedade ano XXIII- N70; São Paulo 2002.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A visão em relação à criança vem se modificando de acordo com a modernização da sociedade. Passamos por períodos onde era vista como anjo, adulto em miniatura e atualmente é considerada cidadão de direitos pela Constituição Federal. Essas diferentes concepções implicam conseqüentemente na forma de educá-la. Até então a educação da faixa etária de 0 a 6 nos era de responsabilidade da família. O advento da revolução industrial demandou força de trabalho feminina e apontou para a necessidade de um local onde as crianças pudessem ficar durante a jornada de trabalho das matriarcas. Esse atendimento iniciou-se de forma bastante precária no caso da população menos favorecida, sendo realizado em domicílios e por pessoas leigas. Posteriormente ocorreu o surgimento das creches comunitárias. No entanto, o programa pedagógico tinha um cunho compensatório baseado na abordagem da privação cultural. Esse tipo de programa definia as crianças por suas carências e dificuldades. Ao invés de beneficiá-las contribuía para discriminação e marginalização precoce colaborando dessa forma para o aumento da desigualdade social.

A década de 80 foi um marco no processo de redemocratização do país, pois sindicatos e movimentos sociais aumentaram a pressão no combate as desigualdades sociais. Uma das principais conseqüências dessa luta em prol da educação foi a inclusão de novas políticas para as creches no Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado em 1986. Outro fruto dessa mobilização foi a Constituição de 1988 que reconhece a educação em creche como um DIREITO da criança e DEVER do Estado.

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No município do Rio, o surgimento das creches ocorreu vinculado à SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social). Nesta época (década de 80), a creche era (é?) considerada apenas como local de guarda e cuidados para crianças de baixa renda. Partia-se do pressuposto que não eram desenvolvidas atividades pedagógicas nestes espaços. Devido a essa visão assistencialista não havia nenhuma exigência quanto à formação e qualificação das profissionais. Para atuar nesses espaços os critérios de seleção eram que as pessoas morassem na comunidade e tivessem o ensino médio completo (formação geral). As recreadoras não tinham seus direitos garantidos, pois as carteiras

de trabalho não eram assinadas, eram contratadas por ONGs (organizações não governamentais) e tinham seus salários atrasados durante meses seguidos. A oferta era (é) de uma educação pobre para crianças pobres, evidenciando o total descaso do poder público com este segmento populacional.

Com a promulgação da LDB-9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a Educação infantil passa a ser definida como primeira etapa da educação básica (art.21/I) e passa a exigir como formação mínima para os profissionais que atuam nesta modalidade o curso Normal. O artigo 67 desta lei dispõe que:

“os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos planos de carreira do magistério público:

I-ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos...”.

Ficou estabelecido que até o ano de 2003 a SME deveria assumir o controle de todas as creches públicas no Rio. Para os trabalhadores de creche essa transição entre as secretarias era a esperança de dias melhores. Inclusive na realização do trabalho pedagógico, acreditava-se que a SME proporcionaria formação continuada e novas práticas pedagógicas. Acreditava-se que o tão sonhado concurso público para EI iria valorizar os profissionais que já atuavam nas creches, reconhecendo todo o esforço empreendido pelos mesmos. No entanto, a realidade que se apresentou foi bem diferente daquela que era desejada. A LDB foi totalmente ignorada pelo governo em nosso município, pois em 2007 foi aprovado um concurso no qual para atuar nas creches municipais o profissional deveria ter somente o ensino fundamental.

A consequência desse ato é um visível retrocesso nas práticas educativas, mesmo partindo do pressuposto que a profissionalização do educador infantil não está atrelada somente à sua formação. Não podemos e não devemos desconsiderar que para atuar em qualquer segmento profissional faz-se necessário o “mínimo” de conhecimento. No caso da educação infantil o profissional deve saber como ocorre o desenvolvimento das crianças e qual a função da creche. Ou seja, é necessária uma formação ética que leve a uma constante reflexão sobre sua prática e a forma como a mesma implica e é atingida diretamente pelas mudanças constantes que ocorrem no mundo. No entanto, o perfil desse profissional é modificado brutalmente na medida em que não lhe são oferecidas condições mínimas de atuação

O poder público vem negligenciando de todas as formas sua responsabilidade com as creches no mu-

nicipio. Precisamos alertar a população para que juntos possamos cobrar que se realize uma educação de qualidade nas creches.

A história de exploração dessa categoria e da ausência da oferta de uma educação infantil de forma qualitativa vem se consolidando de maneira explícita no atual governo mais uma vez através da presença das OSs. Através dessas organizações a prefeitura mantém nas creches profissionais contratadas.

O poder público vem deixando de cumprir o que versa nos textos legais e mais uma vez é o trabalhador que tem que “pagar a conta”. Os profissionais que atuam nas creches novamente são submetidos a condições sacrificantes e vão em busca de formação a fim de se qualificar para realizar seu trabalho decentemente. Atualmente, muitas AACs cursam o Proinfantil, que é um curso de educação à distância, em nível médio na modalidade Normal. A proposta inicial do proinfantil era a de dar formação a professores leigos que atuam em cidades interioranas. Ou seja, uma realidade distinta da que encontramos em nosso município. As aulas presenciais foram iniciadas em janeiro por duas semanas durante as férias e ocorrem aos sábados, período no qual os agentes deveriam estar descansando. A SME disponibiliza cartões de passagem e alimentação para os participantes. Já ocorreu de não terem suas recargas efetuadas e mesmo assim foi exigida a presença nas aulas.

As pessoas sentem-se obrigadas a participar do curso mesmo durante o período de repouso na medida em que acreditam que dessa vez a SME cumprirá com seu dever de valorizar os profissionais já que consta como objetivos do PROINFANTIL:

- 1) Habilitar em magistério para Educação Infantil (EI) os professores em exercício, de acordo com a legislação vigente;
- 2) Elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes;
- 3) Valorizar o magistério oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal do professor;
- 4) Contribuir para a qualidade social da educação das crianças com idade entre 0 e 6 anos nas instituições de educação infantil.

Esses objetivos fomentam nos profissionais a crença de que após o curso serão reconhecidos como professores. Apontando dessa forma para a necessidade de uma resposta positiva da SME em relação ao futuro profissional dos AACs. Espera-se que no mínimo sejam incluídos no plano de carreira do magistério, pois dessa forma será possível iniciar o processo de superação do ranço assistencialista na EI.